



DIREITOS HUMANOS

Brasil tem aumento histórico de refugiados

Com registro de 68.159 pedidos de refúgio em 2024, aumento de 16,3% em 1 ano, o país se tornou um dos destinos mais acolhedores para pessoas vulneráveis. Venezuelanos lideram as solicitações desde 2019

» IAGO MAC CORD*

O Brasil recebeu, na última década, mais de 454 mil pedidos de reconhecimento de refugiados. O dado é do relatório Refúgio em Números 2025, produzido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, com base nos dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). Para a pasta, o país se consolida como principal destino acolhedor dos que enfrentam crises humanitárias.

A diretora do Departamento de Migrações do Ministério da Justiça, Luana Medeiros, cita a legislação brasileira como inovadora e avançada no tema. Ela aponta a ampliação do conceito de refugiado como fundamental para tratar dos casos.

“Temos a definição de refugiado como uma pessoa que está fora do seu país de origem por motivos de perseguição devido a nacionalidade, religião, raça ou opinião política. No entanto, no Brasil, também usamos o conceito da Declaração de Cartagena, que considera refugiada a pessoa oriunda de um país em situação de grave e generalizada violação de direitos humanos”, explica.

Segundo o levantamento divulgado pelo Ministério da Justiça, o país com o maior número de solicitantes é da Venezuela, com 27.150 notificações, seguido por Cuba (22.288) e Haiti (37.283). Ao todo, foram recebidas solicitações de pessoas oriundas de 130 nações.

A pasta indica que mais de um terço (35,8%) dos pedidos foram registrados apenas em 2018 e 2019. O estudo classifica que a situação das populações refugiadas é cada vez mais complexa devido às transformações geopolíticas, sociais, econômicas e climáticas, além de conflitos armados e disputas territoriais.

O Ministério da Justiça é responsável por definir os normativos relacionados a entrada, saída e permanência de pessoas no Brasil. O órgão também se responsabiliza por analisar todos os pedidos de reconhecimento da condição de refugiado das pessoas que buscam a proteção do Estado brasileiro.

Ajuda humanitária

Um ponto considerado crucial é que a Constituição brasileira garante aos não nacionais — migrantes e refugiados — o acesso a todas as políticas públicas ofertadas pelo Estado brasileiro, como saúde, educação e assistência social. Luana Medeiros ressalta que esse é um dos fatos que fazem o Brasil ser visto como um destino acolhedor.

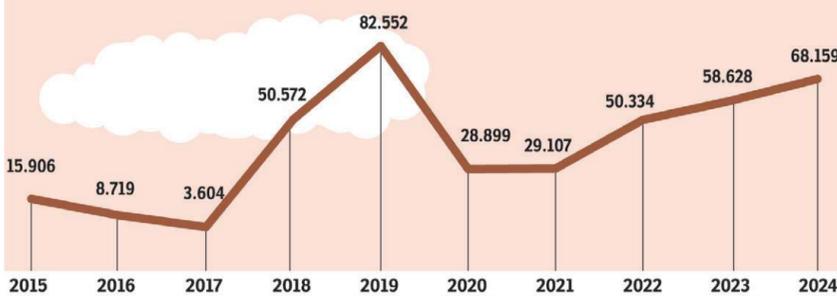
No Brasil, os migrantes ou refugiados podem se inscrever no Cadastro Único (CadÚnico) — uma ferramenta que promove a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade em políticas públicas federais, estaduais, distritais e municipais. Uma iniciativa entre a Acnur Brasil e o Pacto Global da ONU também permitiu a criação do Fórum Empresas com Refugiado para apoiar a inclusão de pessoas refugiadas no mercado de trabalho.

A coordenadora de recrutamento e seleção corporativo da Kora Saúde, Magda Costa, uma das empresas que participam da ação, cita os benefícios da contratação de refugiados. “Trabalhar com a pauta da inclusão é importante para a companhia, e a gente sente no dia a dia o benefício que isso traz em relação às equipes de trabalho. Onde o refugiado entra, as pessoas têm um olhar diferenciado também, recebem com mais solidariedade, com mais desejo em ajudar, em fazer dar certo”, relatou.

Refúgio acolhedor

Receptividade dos brasileiros com refugiados se destaca internacionalmente; países do Sul Global lideram em número de solicitantes

Solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado (2015 - 2024)



Países com mais solicitantes em 2024



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública



Recorte

O OBMigra aponta que a grande representatividade venezuelana nos dados do Brasil decorre do reconhecimento, em junho de 2019, da situação de grave e generalizada violação dos direitos humanos. Ao longo da história, as solicitações de refúgio são, em maioria, masculinas. Porém, o novo levantamento observa um crescimento significativo da presença de crianças, adolescentes e mulheres entre os refugiados. Somente ano passado, 76% dos pedidos tinham entre 15 e 39 anos ou menos de 15 anos.

O documento também ressalta o “crescimento expressivo” no número de pedidos feitas por cubanos, que registraram variação positiva de 94,2% em relação a 2023. No ano passado, a Acnur registrou 123 milhões de pessoas deslocadas de maneira forçada no mundo: uma a cada 67 pessoas teve que se deslocar em razão de conflitos, de violação dos direitos humanos ou de perseguições.

O documento cita que, no ano passado, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, reconheceu 13.632 pessoas refugiadas no país originárias de diferentes países, com predominância da Venezuela.

O levantamento indica que 44,4% das solicitações foram registradas em unidades federativas que compõem a Região Norte. O estado de São Paulo concentrou o maior volume de pedidos de refúgio decididos pelo comitê (36,1%), seguido por Roraima (35,6%) e Amazonas (5,1%).

Estagiário sob a supervisão de Luana Patriolino

CRIMES VIRTUAIS

Grupo ataca vulneráveis na internet

» CAETANO YAMAMOTO*

A Polícia Civil de São Paulo deflagrou, ontem, a segunda fase da Operação Nix, que apura a existência de um grupo criminoso responsável por promover violência contra pessoas em situação de ruas e animais abandonados, por meio de plataformas digitais. A investigação teve início em novembro do ano passado, com a criação do Núcleo de Observação e Análise Digital (Noad) voltado especialmente para apurar crimes na internet.

Segundo o inquérito, os acusados obrigaram mais de 400 vítimas a cometerem automutilações e promoverem os ataques violentos. Entre os investigados está um adolescente que reside na França é apontado como um dos principais financiadores dos ataques, desembolsando recursos do próprio bolso para custear as ações criminosas organizadas em servidores fechados do aplicativo de comunicação Discord. O mandado de apreensão terá de ser cumprido pela Interpol, a polícia internacional.

“São ações extremamente absurdas que, muitas vezes, os pais não têm ideia de que o filho é o idealizador dessa violência,

Divulgação/Governo de São Paulo



Polícia Civil de SP coordenou a operação. Adolescente que vive na França é suspeito de financiar ataques

manipulando as vítimas a realizarem os ataques, ou o filho é a própria vítima”, diz a delegada Lisandrea Salvariego, e coordenadora do Noa.

Ela alerta para a necessidade de

investigações contínuas da Operação Nix, devido a transnacionalidade do crime tanto em relação aos autores como às vítimas. Segundo os agentes do núcleo, conhecidos como “observadores digitais”, o grupo

se reorganiza constantemente em subgrupos, ou “painéis”, na rede social — o que exige acompanhamento contínuo das autoridades.

O número total de suspeitos detidos ainda não foi confirmado pela



São ações extremamente absurdas que, muitas vezes, os pais não têm ideia de que o filho é o idealizador dessa violência, manipulando as vítimas a realizarem os ataques, ou o filho é a própria vítima”

Lisandrea Salvariego, delegada da Polícia Civil

Secretaria da Segurança Pública (SSP) de São Paulo até a o fechamento desta edição.

* Estagiário sob a supervisão de Luana Patriolino

AMEAÇA

Sede da OAB-RJ é fechada

A sede da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB-RJ) foi fechada até o meio-dia de ontem, por determinação da presidente da seccional, Ana Tereza Basilio. A decisão foi tomada após a entidade receber, na noite de quarta-feira um alerta sobre possível ataque ao prédio envolvendo grupos extremistas.

“Estamos em contato direto com as autoridades de segurança pública, atentos aos fatos e às apurações, acompanhando tudo com muita cautela. A segurança de advogados, advogadas, funcionários e de todos os que circulam diariamente pela sede da OABRJ é nossa prioridade”, afirmou Basilio.

Todas as atividades previstas para esta manhã foram suspensas por medida de segurança. A sede da OAB-RJ fica na Avenida Marechal Câmara, região central da capital fluminense.

As equipes da Polícia Federal e do Esquadrão Antibomba da Polícia Civil do Rio estiveram no local investigando o ataque e revistando o prédio. A operação contou com apoio do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). (Agência Estado)